

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM¹

Lidiane Rodrigues²

Marcia Mariléia Moraes Ortiz³

Vera Márcia Marques Santos⁴

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve contextualização sobre a formação de professores e o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), e sua relação entre a elaboração dos planejamentos escolares e das práticas inclusivas. Apresenta sucintamente a conceituação da temática, ponderando sua importância e evidenciando os aspectos positivos no processo de ensino e aprendizagem. Os cenários educacionais apresentam de maneira evidente as lacunas na formação docente e, isto se traduz no fracasso escolar não só ao que se refere à inclusão. Por outro lado, ao longo das pesquisas, foram identificados alguns aspectos limitantes na formação continuada de professores em relação ao tema, como a baixa adesão em cursos de formação e a resistência em práticas mais colaborativas e projetos interdisciplinares. A partir destas análises, foi possível identificar que existe uma ausência de processos formativos, inicial e continuado aos professores para o uso do DUA no cotidiano escolar, mas pensar a inclusão sob a ótica dos princípios do DUA nos planejamentos docentes fomentaria uma escola acessível e com equidade para todos. Afinal, o DUA prevê objetivos, métodos, materiais e avaliações mais flexíveis e acessíveis para todos, que implicam em múltiplas formas de representação de objetos de aprendizagem e de ação/expressão do/da estudante e seu engajamento. O DUA vem ao encontro das necessidades que a escola enfrenta, visto que se configura em uma série de possibilidades capazes de promover a inclusão de todos os estudantes. Diante disso, compreender a importância da formação docente alicerçada pelo DUA é ponto imprescindível para que a escola junto aos seus pares seja exitosa e promotora de igualdade social.

Palavras-chave: Formação Continuada de Professores, Desenho Universal para aprendizagem, Práticas Inclusivas.

INTRODUÇÃO

Em tempos de constantes mudanças educacionais voltadas para o fazer pedagógico inclusivo, a atualização da formação docente é necessária, pois a cada dia surgem novas demandas as quais geram inseguranças nos professores que sempre estão com a sensação de

¹ Artigo produzido como para a disciplina de Desenho Universal para Aprendizagem.

² Lidiane Rodrigues - Mestranda no programa de pós-graduação em Educação Inclusiva - PROFEI/UDESC. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. lidsliro@gmail.com

³ Marcia Mariléia Moraes Ortiz - Mestranda no programa de pós-graduação em Educação Inclusiva - PROFEI/UDESC. Orientadora - Prof^ª Dr^ª Vera Márcia Marques Santos - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, 315682@profe.sed.sc.gov.br

⁴ Prof^ª Dr^ª Vera Márcia Marques Santos - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, vera.santos@udesc.br

que nunca sabem lidar com crianças neurodivergentes ou mesmo com as consideradas típicas que têm tempos distintos de aprendizagem. No entanto, a atualização profissional é sempre um grande desafio, pois para obter a disponibilidade de recursos específicos como: horário ampliado para formação em serviço, espaço adequado, liberação para pesquisa ou organização de formação em serviço para os profissionais que já atuam no processo escolar, é necessário todo um envolvimento coletivo e muito comprometimento em prol de uma educação de qualidade que ultrapassa os muros da escola.

De acordo com Díaz (2009, p.308) é importante que “as políticas públicas educacionais prevejam a efetiva operacionalização de um suporte pedagógico ao trabalho de inclusão desenvolvido pela escola regular”. Assim, minicursos, oficinas e palestras sobre o DUA, por exemplo, são muito pertinentes, entretanto, de acordo com a nossa experiência na escola, poucos profissionais em exercício efetivo da sua profissão têm conhecimento desse conceito capaz de transformar currículos, práticas educativas e ampliar aprendizagens.

Vale lembrar que a educação especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, como preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº. 9394/96), para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a saber: Público-alvo da Educação Especial (PAEE). Já a educação inclusiva, por meio da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), mostra-se mais ampla, pois permite a inserção do PAEE em espaços sociais e na escola regular, garantindo a todos o direito à escolarização, à aceitação, à valorização das singularidades, os valores culturais e o respeito do aprender no ambiente educacional.

Mas, para além do PAEE, a educação inclusiva tem um olhar sobre todas as pessoas que por qualquer outra situação adversa estejam à margem do acesso educacional, como crianças e adolescentes negras, indígenas, ribeirinhas, entre outras. Diante desse cenário conceitual, o problema deste estudo consiste no questionamento: Como se dá a formação continuada de professores com vistas a uma inclusão escolar, utilizando o DUA como premissa norteadora?

Acessar o currículo é vencer barreiras, as mais diversas dentro e fora do contexto escolar. O educador também tem desafios, barreiras a serem transpostas e o DUA é ponte, elo nesse contexto e não amarra. Liga, conecta e faz o educador pensar além daquilo que se apresenta aos olhos.

Trazer o DUA para a escola enquanto formação continuada e permanente, sem data fim, como já dito, é promover pertencimento e corresponsabilidade com o ensino e aprendizagem e com os objetivos almejados.

A oferta de oficinas, por meio de parcerias com instituições de ensino - como universidades (faça-se aqui referência à UDESC) - entre outras, pode diminuir consideravelmente as barreiras que impedem o acesso ao conhecimento.

Assim, o objetivo geral do estudo é analisar a influência da formação continuada de professores na perspectiva de práticas pedagógicas inclusivas a partir da pesquisa qualitativa. Justificamos a escolha da temática diante da urgência do aprimoramento das práticas para uma educação de fato inclusiva, o que só é possível através de estudos que mostram o que vem sendo realizado nos dias atuais em busca da concretização de uma escola equitativa.

Sendo o presente estudo uma pesquisa de abordagem qualitativa, cita-se Minayo (2001, p.21-22) é um estudo que “responde a questões particulares, trabalha com um universo de significados, motivos, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”. É caracterizado por pesquisa bibliográfica, devido ao acesso a trabalhos já elaborados, como livros e artigos científicos, servindo de apoio e dando nortes para a construção e desenvolvimento do seu trabalho de pesquisa. Segundo Gil (2008, p.50) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O estudo foi embasado em autores que versam sobre a temática pretendida, com destaque para Böck (2019) que nos apresenta o DUA como uma possibilidade de acessar o currículo respeitando não só a diversidade humana, mas também as potencialidades de todos os atores do processo educativo a fim de minimizar as barreiras e fortalecer o acesso e permanência nos espaços escolares e na sociedade.

Desse modo, para a realização deste artigo, retomamos os materiais sugeridos para leitura durante a disciplina de Desenho Universal para a Aprendizagem do curso de mestrado em Educação Inclusiva e ampliamos as discussões a partir das vivências docentes.

DUA na Formação de professores: caminhos que levam à inclusão

A partir do momento em que as sociedades humanas vão evoluindo, novas demandas vão sendo criadas, surgem grupos minoritários e excluídos e por isso, a busca pela inclusão é necessária, contínua, progressiva e interminável. Assim, existe a necessidade de desenvolver recursos, materiais e procedimentos que favoreçam esse processo a fim de minimizar as barreiras e os entraves na sociedade e na escola (Borges, Schmidt, 2021, p. 5).

Nesse contexto, surge o DUA, em 1984, como uma abordagem que favorece o acesso do estudante ao currículo. É importante compreender que todo estudante, com deficiência ou não, se beneficia em um currículo flexível. Assim, o Desenho Universal para Aprendizagem oportuniza uma nova perspectiva no que se refere à inclusão, uma vez que percebe cada estudante nas suas potencialidades e, não nas deficiências. A partir desse novo olhar, estudantes

da educação especial, por conta de suas singularidades, podem ter seus direitos de acesso ao currículo mais respeitados. Isto posto, é importante reiterar que os professores devem ter a formação necessária para atuar em espaços de aprendizagens a fim de gerar mudanças significativas em todo processo educacional.

O cenário educacional é permeado de desafios e, no que tange à educação especial, demanda ainda maior atenção. Isso se deve ao fato de que a maior parte do corpo docente das instituições escolares recebeu uma formação acadêmica deficitária, especialmente no que se refere à educação inclusiva, por ser uma discussão recente que precisa ser entendida muito além do atendimento educacional especializado oferecido às pessoas com deficiência.

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. A LDB no seu Capítulo V, Art. 58. postula a seguinte redação:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2013, Lei nº 12,796)

Essa compreensão da amplitude da educação especial numa perspectiva inclusiva é necessária para que de fato, o maior número possível de estudantes seja atendido em suas singularidades. No entanto, a redação dada pela lei não apresenta uma perspectiva em que a formação de professores para a educação inclusiva seja contemplada. Há apenas,

“Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.” (Brasil, 2013, Lei nº 12,796)

Assim, é preciso considerar a dinamicidade dos espaços educacionais com vistas a uma formação docente capaz de atender às demandas urgentes de práticas inclusivas. Para tanto, aqui apresenta-se o Desenho Universal de Aprendizagem como uma possibilidade de promover práticas inclusivas que atendam a todos os sujeitos em seus direitos de aprender.

Entenda-se melhor do que se trata o DUA, ao saber que ele foi idealizado por um grupo de pesquisadores Anne Meyer, David Rose e David Gordon, que se preocupavam com novas tecnologias capazes de ajudar crianças com deficiências. Isso acontece em 1984 quando nasce o Centro de Tecnologia Especial Aplicada (Center of Applied Special Technology). No entanto, essa abordagem ganhou consistência por volta da década de 1990 quando os holofotes passaram

a voltar-se para as fragilidades das instituições de ensino em vez de permanecerem nas deficiências das crianças.

Essa nova abordagem recebeu o nome de Universal Design for Learning (UDL). Em português, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) teve como base pesquisas em educação e neurociência, aproveitando a flexibilidade que a tecnologia proporciona, com a finalidade de tornar a educação mais justa e eficaz (MEYER et al., 2014).

O DUA tem como objetivo o desenvolvimento de práticas pedagógicas que permitam o acesso ao currículo, mas vale ressaltar que as práticas pedagógicas se diferenciam de práticas educativas. Enquanto as práticas educativas se referem às práticas que ocorrem no sentido de concretizar os processos educacionais, as práticas pedagógicas se referem às práticas sociais que se exercem com a finalidade de concretizar os processos pedagógicos (FRANCO, 2017).

Outro conhecimento importante na formação dos professores, é a taxonomia de Bloom (1973), pois é um dos suportes que o DUA se vale para oportunizar possibilidades de desenvolvimento para todos os estudantes, já que contempla as diferenças individuais dos sujeitos. As fragilidades não são concebidas enquanto empecilhos, mas como potenciais a serem desenvolvidos e/ou ampliados. Nesse cenário, o nível de desenvolvimento de cada indivíduo deve ser ponderado. (VALLE, CONNOR, 2014)

O processo de ensino e aprendizagem está intimamente ligado a muitos contextos, sejam eles sociais, culturais, políticos, emocionais, financeiros e aqui elencamos os escolares, mais diretamente relacionados à formação docente. Um professor bem capacitado, observa seus alunos, identifica suas peculiaridades, promove ações pedagógicas e desenvolve um trabalho eficiente.

Se é possível compreender a necessidade do atendimento aos sujeitos com um olhar inclusivo, certamente é imprescindível considerar a relevância de uma formação docente encorpada, capaz de fornecer subsídios aos estudantes para ampliarem suas competências e habilidades. Para tal, reforça-se o trabalho do professor enquanto mediador, mobilizador de saberes. Diante das inúmeras demandas que devem permear práticas pedagógicas inclusivas, o DUA constitui-se também em um repensar as intencionalidades educacionais.

Se os professores forem ouvidos em seus campos de atuação, certamente se afirmará a necessidade premente de formação objetivando práticas inclusivas.

Pensar o DUA nesse cenário, é considerar todos os atores do processo ensino e aprendizagem e para tal os objetos de conhecimento devem ser apresentados também de maneiras diversas.

O processo de inclusão traz grandes desafios aos professores, não apenas no tocante às suas escolhas formativas, como também no desenvolvimento cotidiano de suas práticas pedagógicas. Capellini e Mendes (2004, p.598) ressaltam que “a formação continuada é necessária em qualquer área de atuação. Frente ao novo paradigma da inclusão, percebemos que há muitos desafios a serem vencidos e conhecimentos a serem produzidos”.

Nesse sentido, é papel dos professores buscar novas concepções, práticas e metodologias, a fim de possibilitar mudanças positivas e significativas que atendam todos os alunos de forma equitativa. Os docentes devem valorizar as diversidades, buscar a equidade dentro da sala de aula e ampliar os currículos. Para construir uma escola que atenda todo o público da Educação Especial e todas as minorias, é necessário, portanto, que assim como os professores, todos os profissionais da escola estejam capacitados para atender e suprir as necessidades de cada aluno.

Torna-se essencial que as entidades governamentais assumam a sua responsabilidade, pois conforme a LDB nº 9.394/96, parágrafos 2º e 3º, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios devem promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. Assim, para que mudanças positivas ocorram na educação é imprescindível o apoio das entidades governamentais e principalmente que os professores recebam a formação necessária de modo a refletir sobre suas práticas e reestruturar suas metodologias.

A formação continuada possibilita mais conhecimento e capacitação, além de minimizar o sentimento de insegurança constante dos professores ao assumirem turmas com crianças e adolescentes neurodivergentes. Com isso, Souza e Rodrigues (2015, p.22989-22990) postulam a importância da formação continuada, pois assim os professores sabem como aplicar sua prática docente objetivando o desenvolvimento do estudante.

Além disso, mais do que todos esses elementos, é necessário um olhar de crédito à criança, de valorização do seu potencial, mais do que estudar sobre a especificidade, seja deficiência, transtorno e/ou outra, é preciso olhar nos seus olhos, observar seu comportamento, características, particularidades e desejos.

Tratando-se da amplitude da formação do professor, para que o DUA seja algo presente é preciso, que num primeiro plano, os cursos de graduação, ou numa esfera mais básica, nos cursos de magistério contemplem disciplinas que promovam essa possibilidade de apropriação de conhecimentos.

As formações na perspectiva do DUA são lentes teóricas que oportunizam a busca da eliminação de barreiras, potencializando as ofertas de apropriação e ampliação de saberes.

Álvaro-Prada Freitas e Freitas (2010), aponta a proposta de Formação Continuada de Professores em Serviço, mas para que essa formação seja exitosa, é necessária a parceria com outros profissionais e membros da comunidade escolar, ou seja, uma postura essencial nesse cenário. A formação continuada deve ser entendida como um processo de desenvolvimento docente/profissional contínuo, sem data fim, como aponta Freire, segundo Silva e Araújo (2010). Sendo atividade permanente, no sentido da busca constante por estar melhor preparado para o exercício docente, o próprio espaço escolar deve ser palco desse aprimoramento. Nesse viés, retome-se a amplitude do trabalho colaborativo aliado ao DUA. A reflexão crítica acerca das ações pedagógicas promove a transformação das realidades e possibilidades de ensino e aprendizagem com vistas ao êxito dos estudantes, independentemente das suas particularidades. Todos têm direito de aprender!

Pensar práticas pedagógicas inclusivas vai além do que legalmente se estabelece. É necessário considerar aspectos ligados intimamente à diversidade humana e suas potencialidades, às características de cada sujeito, como aponta Böck (2019, p.124).

Segundo Böck (2019, p. 125), sob a ótica da educação inclusiva, O DUA oferece aos educadores “a compreensão de como criar estando atento às necessidades de todos os estudantes desde o início”.

Seria um equívoco se para tal compreensão, o educador não levasse em conta que é vital conhecer suas crianças desde o início, que estar atento perpassa essa esfera humana. Nos espaços de vivência educacional é possível perceber a lacuna não só ao que se refere à formação docente inicial, como também um distanciamento do ato de re-conhecer cada estudante nas suas singularidades. A dinâmica das escolas não oportuniza momentos de formação continuada de maneira consistente. Em algumas situações se mostra enquanto instituição, desassistida desse olhar formativo. As barreiras atitudinais são as guardiãs de todas as demais. A ação é necessária.

Para tal, planejar a partir do framework do DUA possibilita reduzir as barreiras, oportuniza avaliar constantemente o processo para vencer os desafios com as parcerias que se vislumbraram na trajetória. Posto isto, reforça-se aqui que o DUA busca contemplar a diversidade de maneiras de aprender. E isso, parte também, do trabalho colaborativo, no qual os educadores terão uma visão ampliada do que interfere positivamente ou não nos currículos que estão à disposição, currículos estes, muitas vezes, totalmente fora de contexto.

O DUA por contemplar a diversidade não só humana, mas também a diversidade no que se refere às formas de aprender, apresenta o poder de oportunizar processos de educação mais inclusiva. Isso tem a ver não só com eliminação de barreiras físicas e atitudinais, mas com a

formação docente que deve ser contínua e comprometida com o ideal de uma educação mais igualitária. (Böck, 2019 p.203)

A inferência que se faz à formação docente contemplando o DUA remete-se ao que já foi mencionado. Ao se tratar da formação docente, a premissa é a de que essa aconteça acompanhada de um projeto político pedagógico pensado de maneira democrática.

Quando a formação em serviço passa a ser um compromisso não só do professor como indivíduo, mas um projeto de escola e de educação inclusiva, o ensino colaborativo integrará o cotidiano da escola.

Metodologia

O presente estudo consiste em um ensaio teórico a partir das leituras realizadas e dos cenários vivenciados enquanto professoras da escola pública.

As vivências referem-se à instituições públicas de educação, nas quais os estudantes oriundos da periferia de duas cidades catarinenses e as autoras são docentes.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho, tendo como alicerces a bibliografia analisada e as vivências docentes se percebe a necessidade da formação continuada de professores para a promoção de métodos e práticas adequadas à efetiva inclusão. Os professores da escola pública brasileira carecem de maior apoio na área de formações, recursos e estrutura. Todavia, ainda que “tateando” procuram efetivar um trabalho inclusivo, embora reconheçam que suas práticas poderiam ser melhores se o contexto escolar e/ou social assim lhes oportunizasse. Os docentes quando ouvidos, explicam que é desafiador lidar com o público da Educação Especial e que sem um aperfeiçoamento de seus conhecimentos isso fica ainda mais difícil.

Todos os autores pesquisados além de professores, orientadores, supervisores, pais e estudantes das escolas em que atuamos, apontam a necessidade de rever posturas, crenças, paradigmas nos mais variados contextos. A existência de um trabalho por vezes solitário, impede o engajamento em propostas mais assertivas no que tange o ensino colaborativo e o DUA. Reafirma-se a importância do trabalho colaborativo aliado ao Desenho Universal de Aprendizagem.

Pensar, e mais que isso, promover uma escola participativa trará mais chance de êxito aos estudantes, pois o foco será o respeito a todos dentro de suas especificidades. Por

consequente, as instituições precisam conceber o espaço escolar como celeiro de ideias, movimento e crescimento coletivos.

Trazer à reflexão a necessidade da formação continuada a fim de que eles possam buscar novos horizontes que os ajudem no processo de ensino dos estudantes é primaz. Sobre a metodologia, nota-se a importância de adotar o lúdico como um dos métodos mais eficazes para se trabalhar dentro de uma sala inclusiva, uma vez que, ele pode estimular as crianças a se desenvolverem e aprenderem com mais facilidade, explorando seus vários sentidos e capacidades.

Como resultado geral, constata-se que a formação básica e continuada é essencial para a efetivação de boas práticas inclusivas, os docentes deixam isso latente ao ressaltar a necessidade de aperfeiçoamento.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para maiores conhecimentos no tocante à formação de professores na perspectiva de práticas pedagógicas inclusivas a partir do DUA, possibilitando melhor compreensão da importância da formação continuada. Uma formação que oportunize maiores possibilidades de métodos e práticas que atendam e acolham os estudantes se faz necessária. Reporte-se ao público da Educação Especial, que historicamente traz “marcas” da segregação de seus direitos. O DUA viabiliza construir uma escola para todos, visto que os sujeitos são concebidos nas suas potencialidades e nos seus direitos.

A formação de professores para o uso do DUA em sala de aula deve permitir que seu entendimento não se restrinja a sua utilização apenas para crianças e adolescentes neurodivergentes, nem a práticas isoladas com tecnologias em um contexto isolado. Diversos autores reconhecem que a abordagem do DUA se debruça nos processos de ensino e, em especial, em como tornar acessível o conhecimento independentemente das características de cada estudante, e que os professores em formação apresentam certas dificuldades em pensar alternativas, que potencializem uma abordagem que contemple a heterogeneidade dos estudantes (LINDEMANNI; BASTOS; ROMAN, 2017).

Na sala de aula, no convívio na escola é possível perceber que essa dificuldade também deriva da falta de tempo disponível para o planejamento coletivo e integrado com os demais colegas professores, e com os especialistas do AEE.

A formação de professores a partir do Desenho Universal de Aprendizagem pode se constituir em ferramenta inclusiva e, isso passa, inevitavelmente, por um reavaliar as práticas docentes. Mais do que sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, os estudantes são pessoas de direitos. Sendo assim, reitera-se a importância de propiciar uma escola inclusiva e a formação docente é ponto indiscutível na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Referências

- ALVARADO-PRADA, L. E.; FREITAS, T. C.; FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo* São Paulo: **Edições 70**, 2011.
- BATES, Anthony Willian Tony. *Educar na era Digital: design, ensino e aprendizagem*. São Paulo: **Artesanato Educacional**, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei nº 12. 796, abril de 2013. Altera a Lei 9.393/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.796%2C%20DE%204%20DE%20ABRIL%20DE%202013.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%AAs> Acesso em: 19 dez. 2023.
- Böck, Geisa Letícia Kempfer *O Desenho Universal para Aprendizagem e as Contribuições na Educação a Distância* / Geisa Letícia Kempfer Böck ; orientador, Marivete Gesser, coorientador, Adriano Henrique Nuernberg, 2019. 391 p.
- BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo na sala de aula. **Revista Teias**, [S. l.], v. 22, n. 66, p. 27–39, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.57044. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- BULCÃO, Aline de Jesus; SILVA, Fabrícia Gomes da; ALVES, Kátia Elyzabeth Charapa. Formação Continuada: Concepções e Práticas para uma educação inclusiva no Ensino Fundamental I. *Ensino em Perspectivas*, **Fortaleza**, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044>>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. *Formação Continuada de Professores para a Diversidade*. **Porto Alegre: educação**, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação)**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 72, p. 46-49, 15 abr. 2020.
- DÍAZ, Félix et al. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: **EDUFBA**, 2009.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de acolhimento e inclusão: a perspectiva da pedagogia crítica. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 2, p. 964-978, 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. p. 21-22, Petrópolis: Vozes, 2001. SOUZA, Ana Lucia Alvarenga dos Santos; RODRIGUES, Maria Goretti

Andrade. **Educação Inclusiva e formação docente continuada.** In: **EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação**, 26 a 29/10/20015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Documento Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/bvCN8>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **As transformações atuais do ensino: três cenários possíveis na evolução da profissão de professor.** In: TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais.* 3ª ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2009. p. 245-275.

VALLE, Jan; CONNOR, David. **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola.** Trad. por Fernando Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: **AMGH**. 2014.